

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Encenação e retórica do trabalho informal no espaço urbano

Marcia de Melo Martins Kuyumjian*

Resumo: A história cultural ao alargar suas fronteiras disciplinares para práticas intersolidárias abre um fértil canal para a compreensão dos modos como a realidade adquire forma na experiência cotidiana e sentidos nas narrativas. A cultura se estende por sobre o solo da história e do saber científico, refinando entendimentos e práticas discursivas que se explodem em estratégias, encontros e deslocamentos. É nesta perspectiva que é pensado o trabalho informal, como a fronteira entre o possível e o autorizado. Esta é a proposta deste ensaio, refletir sobre as experiências e as narrativas do trabalho informal no espaço urbano da cidade de Brasília e a complexidade da realidade social na história do tempo presente.

Palavras-chave: trabalho informal, práticas discursivas, espaço urbano.

Resumé: L'histoire culturelle en même temps qui augmente ses frontières disciplinaires vers des pratiques intersolidaires, ouvre un canal très fertile pour la compréhension des manières dont la réalité prend forme dans l'expérience quotidienne et dans le sens des narratives. La culture s'étend sur le champs de l'histoire et du savoir scientifique, en affinant des savoirs et des pratiques discursives qui explosent en stratégies, rencontres et déplacements. C'est dans cette perspective que le travail informel est pensé comme la frontière entre le possible et l'autorisé. C'est la proposition de cet article, faire une réflexion sur les mémoires et les narratives du travail informel dans l'espace urbain de la ville de Brasília et la complexité de la réalité sociale dans l'histoire du temps présent.

Mots-Clé: travail informel, pratiques discursives, espace urbain

Cabe ao historiador dar conta dos possíveis entendimentos que as coisas adquirem para os atores sociais. Esses entendimentos estão ancorados nas apreciações valorativas responsáveis pelas representações que constroem e reconstróem a trama de inter-relações entre a materialidade do trabalho e seu campo simbólico. “A cada inovação tecnológica há uma grande quantidade de atividades produtivas que passam a ser denominadas de trabalho, bem como inúmeras são as que perdem este estatuto”(KUYUMJIAN, 2006:143). As atividades são nomeadas para serem inscritas em uma ordem que, nos termos de Foucault (1990), é tateante porque depende do olhar e da linguagem e acaba por evocar a desordem das coisas, do pensamento e das palavras sem espaço e lugar próprios.

O termo trabalho celebra mais que o reconhecimento de um modo de fazer, conforme notabilizado na França no século XVII. É ao mesmo tempo a metáfora das necessidades e do *status* social, uma vez que confere sentido e se articula a uma retórica sobre

o mercado. Mais que habilidade de produzir coisas, o trabalho se vincula a uma trama relacional e depende de um tipo de sociabilidade.

As forças produtivas consolidadas no século XX induziram à passagem da disposição para a vida econômica à profissionalização. Conhecimento e remuneração tornaram-se aliados do indivíduo com desejo de existência pública e de identidade social. Se de um lado são inegáveis o conforto e as facilidades que os avanços produzem no dia-a-dia, há de se reconhecer a grande virada provocada pelas diferentes reestruturações produtivas no cotidiano dos trabalhadores, talhados na exploração e resistência. Os esforços teóricos que se fazem sentir no primeiro decênio do século XXI têm sido o de ampliar o entendimento sobre os arranjos sociais devido à diversidade cultural e a complexidade da sociedade contemporânea.

Esta é a pedra de toque da história cultural que opera sobre os detalhes como vestígios de histórias. A história cultural se obriga a reconhecer e dar estatuto de agentes históricos aos que da margem social atuam como protagonistas de suas próprias histórias. Ademais, investiga como o jogo de representações produz trajetórias que só podem ser compreendidas pelo viés comparativo das estratégias dos diferentes segmentos sociais. Estes se encontram e se confrontam nas ruas e nas formas de apropriação das políticas públicas. Deste modo, a cidade é o lugar do embate entre a cotidianidade do trabalho, a subjetividade do sujeito e a objetividade do Estado.

O discurso científico pode ser o lugar privilegiado onde o banal e o insignificante ganham fórum de existência, de norma instituída na experiência cotidiana e acontecimento histórico. Então o campo do saber se explode em mil possibilidades, substituindo certezas e ampliando as alternativas de compreensão do real.

Este processo cobra dos pesquisadores o uso mais cauteloso de conceitos e noções, a postura crítica diante das fontes e dos referenciais teóricos e, principalmente, a prontidão na ausculta da polifonia de vozes. A questão que alimenta esta reflexão refere-se à envergadura dos modos de fazer e do cotidiano tendo por referência o ponto de interseção entre a realidade e a ordem do discurso científico.

A análise sobre o mundo do trabalho impele pensar o lugar do cientista que, ao observar o modo como o trabalho não regulamentado se manifesta, o faz proferindo um discurso que, sob o crivo da ciência, tenta dar tenacidade à exposição do mundo real. Portanto, a articulação trabalho e olhares sobre o trabalho é uma questão importante por tocar nas fissuras da ordem. Como bem expressa Mello: “Se na academia os fenômenos são sistematizados, é da realidade cotidiana que ela os colhe, objetivando compreendê-los à luz de referenciais”(MELLO, 1999:152).

O trabalho histórico é marcado pelo incomodo negociar do presente com o passado, logrado por um discurso que oferece mais informação sobre o próprio discurso e as operações de leitura do que sobre os traços do passado. De Certeau resume esta inquietação ao afirmar que a história “é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida” (DE CERTEAU, 2006:46)

Na história do tempo presente, a referência está no emaranhado de opiniões ainda ofegantes que procuram auscultar os sentidos, buscando as raízes e conexões no passado. Assim, o presente é um objeto e uma prática que se agarra ao fio do passado. Esta é uma questão importante para o fazer historiográfico, espaço no qual é organizado um texto como unidade de sentidos. Como o estatuto dos escritos não se limita à narração de acontecimentos passados, a experiência do historiador inclui como objeto a inextricável relação entre si e o outro colocado no presente. A comunicação não está apartada por uma temporalidade, e tampouco pelo lugar da história como ciência, mas pela genialidade do conjunto social em abrigar no presente temporalidades de significações dispares e plurais.

Mas a preocupação com a escrita, como resultado do lugar social e das práticas científicas, tende a gerar um “sonambulismo teórico”, no entendimento de De Certeau. O discurso científico é mais o resultado de um contrato sobre método e teoria, uma verossimilhança enunciativa, que ignora as alternativas históricas dos atores que deixam seus rastros no presente. São outros possíveis escritos.

Deste modo, o problema tem sido de como abrigar sobre um mesmo padrão operacional, situações que revelam temporalidades e lugares cujos liames e contatos são frágeis, senão incomunicáveis. Situação instigante que faz pensar os diferentes trabalhos que perderam *status*, desapareceram ou ainda sobrevivem nas esgueiras das cidades como abjetos.

Enfrentamos, portanto, diferentes modos de figurações com dificuldades de serem articuladas enquanto narrativas. Segundo Veyne, se desde a antiguidade, exaltava-se o ócio do notável em contraponto à degradação do trabalhador, o que define se uma atividade é ou não considerada trabalho? Este é um dos grandes enigmas da história uma vez que as atividades de trabalho tendem a se propagar, incorporando negócios, ofícios artesanais e profissões liberais:

[...] os postos de trabalho se alastram com o surgimento de novas atividade que vão compondo o universo da produção virtual e, a um só tempo, aumenta também a inutilidade de várias outras atividades pela sua defasagem à expansão do mercado produtor. Não é por acaso que Veyne questiona sobre que profissões constituem um trabalho. Pensa ele na condição do escritor, do ministro, da dona de casa, do escravo, dos filósofos, dos soldados, dos músicos e dos gramáticos, para concluir que eles não trabalham. Portanto, não é o trabalho que está sendo colocado em questão. O que está em jogo é a honra ou o desprezo aos indivíduos que

trabalham. Não é por acaso que tantas vezes se busca, na etimologia da palavra “trabalho”, uma explicação para os seus significados, que, em síntese, são recortados por dilemas sociais, de definição de status de quem trabalho, bem como de uma ordem social hierárquica fundada sobre a atividade produtiva.(KUYUMJIAN,2006:146)

Não é possível debulhar todas as formas que o trabalho adquire nas sociedades atuais, com as variantes de tempo, habilidades, competências, impacto social e econômico. O destaque é colocado nos atores que atuam na informalidade na cidade de Brasília, como fruto da sua própria experiência, do seu enquadramento sócio-econômico, das transformações objetivas e subjetivas e do glossário de percepções sobre os sujeitos e o mundo. Entendemos que em Brasília,

Os trabalhadores na informalidade constituem um grupo social no sentido de um conjunto de pessoas que formam uma rede marcada por valores e normas em torno do trabalho e de hábitos culturais construídos na necessidade da migração, na mobilização diária, na negociação na pobreza e nos arranjos familiares. São afinidades que aparecem nas estratégias e práticas cotidianas abrigadas por sentimentos de pertencimento e de solidariedade mútua como expressões das acomodações feitas na vulnerabilidade (KUYUMJIAN, 2006: 75).

Compõem este segmento camelôs, eletricitas, vendedores de frutas, sapateiros, domésticas, costureiras, pedreiros, marceneiros, mecânicos, pintores, serralheiros, artesãos, e muitas outras pequenas *atividades*, que conseguem escapar do crivo regulador do sistema e, ao mesmo tempo, padecem da ausência da proteção dos “direitos do trabalho”. São trabalhadores sem encargos e benefícios sociais. Esfera de representações múltiplas negociadas no plano das trocas simbólicas entre o Eu e o Outro.

O que sobressai entre os trabalhadores informais não é exatamente o trabalho em si, mas o vínculo que estabelecem com os diferentes matizes culturais e com os quais têm que negociar cotidianamente. Os procedimentos discursivos que atuam como imperativo de dominação e de afirmação de uma identidade imaginada sobre a ordem social e seus sujeitos reatualizam permanências discursivas pela polarização. É o Outro indesejável colocado na fronteira entre o possível e o autorizado. Ajuizamento e autoridade são os coelhos da cartola da retórica com dois objetivos básicos: agenciar a encenação estética da intervenção estatal para lidar com o estranhamento e o distanciamento; reafirmar o lugar social do historiador que revitaliza o interminável diálogo entre o limite da cultura e as possibilidades da ciência. Neste universo o trabalhador do informal é descartado, posto ser reino de um campo de força e de um *habitus* que configuram e re-configuram as enunciações do discurso institucional.

Mas o trabalho escapa às algemas do sistema dominante e se insere naquilo que Orlandi denomina como regionalização dos sentidos no corpo do sujeito e na linguagem. A atitude dos indivíduos é resultado das necessidades e dos significados que se articulam na

produção de efeitos. É uma narrativa que ativa a memória sobre os valores e produz estratégias de enfrentamento ao não reconhecimento de experiências cotidianas, verificáveis nas diferentes estratégias, encontros e deslocamentos sócio-culturais.

É óbvio que trabalhar em troca de salário representa uma das mais fortes imposições da sociedade de mercado. No entanto, a zona de integração do sistema de produção, nunca foi por si só responsável pela coesão social, pois antes da sociedade de mercado, os povos se organizavam em torno valores que são hoje visualizados como folclore.



Foto 1 – Ambulantes na Plataforma da Rodoviária em Brasília. Créditos de Washington Chagas, em 7/2006.

O declínio do trabalho industrial e a nova divisão global do capital deslocam parte significativa da mão-de-obra para atividades informais. O alarde atual desconsidera as práticas em ebulição ao longo do processo de constituição da sociedade brasileira uma série de atividades, ainda por serem investigadas, sempre esteve nas cenas urbanas. Logo, vale

considerar a preocupação de Veyne, ou seja, o problema está no trabalho ou na depreciação do homem?

Deste modo, o olhar se desloca da comodidade do que está estabelecido pela ordem social e epistemológica para o desvio das práticas que se proliferam no social. Este é o caso do trabalho informal, que não se reduz à nomeação a partir das mudanças econômicas, e duvidosamente tem por referência o trabalho formal. É movimento das oscilações do mundo externo conjugado com a agitação dos gestos e percepções internas, consolidando “estruturas ritualísticas”, nos termos de Maffesoli.

Essas práticas ritualísticas se desenrolam no universo urbano, como lugar de representação dos territórios identitários e no modo como regularidades e assimetrias são arquitetadas. Os espaços públicos fazem aflorar a intensidade da trama social, plural e desigual. Sem generosidade dos poderes públicos e sem escrúpulo dos desordeiros, a cidade se coloca como um lugar para a aprendizagem de negociações, entre os desiguais, e a combinação de formas e sentidos manifestados em práticas discursivas que salientam as idiossincrasias.

O trabalho informal aparece mais como uma retórica do Estado tentando consolidar um Estado de Direito, baseado em normas e regras que se pretendem geral e que tomam por referência determinados nichos sociais. Esta noção é calcada em um imaginário que reproduz sentidos “já-dados” pelo antigo entusiasmo de tornar realidade velhos desejos. Presenciamos o trabalho fronteiro da cultura que, na esteira de Bhabha, informa sobre um

discurso institucional que no fundo anuncia o sonho da “comunidade imaginada” sem paralelo na história.

Se o trabalho é um dos pilares da civilização, é também domínio da memória coletiva que persiste desde tempos imemoriais. Desta feita, sua apropriação política, como objeto sobre o qual ciência, tecnologia, empresa e Estado engendram um novo perfil à sociedade, não se realiza totalmente. Por ser propriedade da humanidade, o trabalho escapa às enclausuras do próprio sistema.

Os efeitos aparecem no grau de participação de diferentes indivíduos, com diferentes formações no processo produtivo e social. O avanço da robótica, da automação, da especialização, da informação, não impediu a entrada triunfante dos que impregnam a cidade, evocam novos valores, costumam novas práticas e sentidos, criam desconforto e obrigam governos a questionar suas planilhas de realizações para a felicidade.

Os trabalhadores informais construíram modos de se apropriar das franjas do próprio sistema. São identidades moventes e representam o “entre-lugar” que equilibra a balança da vivência do trabalho colocado no passado e a especificidade do emprego presente.

A mística do crescimento produz um Estado protetor das forças produtivas no século XX porque o trabalho passa a simbolizar a grande energia transformadora, fundamental para a renda, a identidade social e a participação social. Contrariamente, a sociedade do século XXI está se erigindo sob a chancela da flexibilização do mercado, reduz o número de trabalhadores estáveis e aumenta exponencialmente a massa de trabalhadores precarizados e excluídos.

Não se trata apenas da virtualidade do trabalho, mas das análises que cada um faz sobre os riscos da demissão, a capacidade de adaptabilidade a situações novas e inusitadas, a disposição de conviver com alto grau de tensão e as vantagens salariais ou de renda. Nem sempre a informalidade é resultado da falta de emprego no mercado formal, mas uma decisão sobre o que é mais interessante diante das condições de cada um e da estrutura familiar. Por exemplo, avalia-se a correlação salário/renda em caso de pouca escolaridade; a disponibilidade de flexibilidade de horário se tem uma situação familiar peculiar; o tempo e custo do transporte e alimentação em relação ao salário. Estas são situações que fazem diferença na opção entre a formalidade e a informalidade.

Embora não se possa negar que as reduzidas opções para os menos qualificados já induzem à informalidade, o desemprego tem batido nas portas dos trabalhadores com alta qualificação. Por vezes, é na



informalidade que esses vêm a possibilidade de auferir maiores ganhos porque podem escapar dos encargos sociais.

De todo modo, o que estas práticas revelam é a ausência de uma adesão unânime e definitiva ao jogo mercadológico, o que há são apropriações dos movimentos das ondas do mercado com o intuito de fazer uso segundo as percepções locais.

Foto 2 – Concentração de camelôs no Centro de Brasília. Créditos de Washington Chagas, em 7/2006.

Portanto, as representações dos trabalhadores informais em Brasília são uma “encenação dramática” de identificação, de localização e de interação com seus pares, e com os outros atores: Estados, trabalhadores formais, empresários e funcionários públicos. Situação que coloca em cena dois discursos: a defesa da formalidade e a negação da informalidade, que em desvantagem assimila e joga com o discurso da formalidade como uma forma de se apropriar do direito que só se concretiza na formalidade. Dito de outra forma, o trabalhador não se reconhece no discurso proferido pelo Estado e se apropria deste discurso para validar suas ações.

Enfatiza-se no texto a produção de sentidos, a articulação discursiva como dispositivo do capital simbólico porque é no campo da linguagem que as imagens e a realidade são ditas. Reconhecer as características locais permite maior compreensão das relações e estratégias sociais de classificação que dividem e criam categorias que organizam a apreensão de um mundo e torna o Outro inteligível.

Referências bibliográficas:

- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- CASTEL, Robert. De “L ‘exclusion comme état à la vulnérabilité comme processus.” In: AFFICHARD, Joëlle e FOUCAULD, Jean-Baptiste de (orgs.). **Justice sociale et inégalités**. France: Éditions Esprit, 1992. p.135-148.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 5ª.ed. São Paul: Martins Fontes, 1990.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- KUYUMJIAN, Marcia M M . “Quando o trabalho é transformado em ressonância do passado”. In: COSTA, C B da. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p.109-120.
- KUYUMJIAN, Marcia M M . Marcas da informalidade: o trabalho no jogo do tabuleiro. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural**, Florianópolis, 2006.

KUYUMJIAN, Márcia M M. *O trabalho e o social: temporalidade e contextos históricos*. In: **Textos de História**. Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, vol.14, n. 1 /2, 2006. p. 141-162.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político- a tribalização do mundo**. 2ª.edição. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1997.

MELLO, Maria T. F Negrão de. *Qué qui tu tem, canário. Cultura e representação no repertório de Xangai*. In: COSTA, C B da & MACHADO, M S K (orgs.) **Imaginário e História**. Brasília Paralelo 15; São Paulo: Março Zero. 1999. p. 151-170.

ORLANDI, E P. *Tralhas e troços: o flagrante urbano*. In: ORLANDI, E P. (org.) **Cidade atravessada. Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001. p.9-24.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIMANN, Marcos F & KUYUMJIAN, Marcia de M M. *Direito humano e direito social: para onde vai o trabalho?* In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 150, abr./jun. 2001. p.145-156.

VEYNE, P. *O Império Romano*. In: VEYNE, P (org.) **História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 19-224.